
ENSINO DE GEOGRAFIA E AS RELAÇÕES RACIAIS: O PROJETO QUE NÓS PROPOMOS COMO INTERVENÇÃO METODOLÓGICA PARA O RESGATE DA CULTURA E IDENTIDADE NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DE VILA NOVA JUTAÍ – BREU BRANCO - PA

TEACHING GEOGRAPHY AND RACIAL RELATIONSHIPS: THE PROJECT WE PROPOSED AS A METHODOLOGICAL INTERVENTION FOR THE RESCUE OF CULTURE AND IDENTITY IN THE REMAINING QUILOMBOLA COMMUNITY OF VILA NOVA JUTAÍ - BREU BRANCO - PA

Karleison Coelho da Paixão¹
Marcus Vinicius Mariano de Souza²
Robson Alves dos Santos³
Dionel Barbosa Ferreira Junior⁴

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo identificar problemas relacionados à perda da cultura e identidade quilombola na Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutaí – Breu Branco/PA. O intuito foi de elaborar e apresentar possíveis propostas de solução para os problemas encontrados por meio do ensino de Geografia como intervenção metodológica do Projeto Nós Propomos na EMEIEF Jutaí. O projeto foi desenvolvido juntamente aos alunos do 9º ano A do ensino fundamental. A pesquisa foi baseada em levantamento bibliográfico, execução do projeto, elaboração de questionário, formulário e entrevistas.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Relações raciais. Projeto Nós Propomos. Comunidade Quilombola.

ABSTRACT: This work aimed to identify problems related to the loss of quilombola culture and identity in the Quilombola Remnant Community of Vila Nova Jutaí - Breu Branco/PA. The aim was to elaborate and present possible solutions for the problems found, through the teaching of Geography as a methodological intervention of the Project *Nós Propomos* at EMEIEF Jutaí. The project was developed with elementary students of the 9th grade. The research was based on bibliographic survey, project execution, elaboration of questionnaire, form and interviews.

Keywords: Geography teaching. Racial relations. Projeto Nós Propomos. Quilombola Community.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. E-mail: karleisoncoelho@gmail.com.

2 Professor doutor em Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. E-mail: marcussouza@unifesspa.edu.br.

3 Professor doutor em Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. E-mail: robson.geografia@unifesspa.edu.br.

4 Graduando em Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. E-mail: dioneljunior41@gmail.com.

Artigo recebido em março de 2020 e aceito para publicação em junho de 2020.

INTRODUÇÃO

O racismo é um fenômeno excludente e segregador que se manifesta no espaço geográfico, condicionando o negro a estabelecer determinadas espacialidades que o diferem de outros grupos, como a população branca. Na Geografia ou, mais especificamente, no ensino de Geografia, destaca-se a intensidade com que o tema relações raciais é tratado contemporaneamente, e cada vez mais vem ganhado destaque nas plataformas de pesquisas científicas. Assim, entender, pesquisar e analisar os elementos que compõem essa relação e como elas se comportam torna-se necessário na medida em que este tema é composto de historicidades, culturas e processos formativos que englobam problemas, conflitos, conquistas, perspectivas e etc. Portanto, desde os períodos coloniais do Brasil esta relação existe, de forma desigual e desumana em nosso país.

Destaca-se que a vida do negro no Brasil foi, em um primeiro momento, nas mazelas das fazendas imperiais e, agora, nas periferias das cidades. Desses conflitos nascem as relações raciais e a necessidade de entender que o negro precisa compor a sociedade de forma mais justa e igualitária e, a Geografia, bem como o seu ensino, se faz uma ferramenta importante para que tais mudanças ocorram na sociedade.

O ensino da Geografia agrega conhecimentos e contribui na compreensão do espaço geográfico, bem como na compreensão das relações raciais que o permeiam, tornando-se um agente importante de transformação social. Essa discussão se torna importante para entender como se desenvolve a educação nos quilombos e remanescentes de quilombos, na medida em que o ensino de Geografia e as relações raciais agora estão atrelados.

Cada quilombo carrega consigo sua história de formação, especificidades muitas vezes encontradas somente naquele território. Dentro desta análise se insere a Comunidade Remanescente Quilombola de Vila nova Jutaí – Breu Branco/PA. Vila Nova Jutaí é resultado de conflitos e acidentes naturais, um deles ocorrido em 1980, que dizimou a antiga vila, forçando os moradores a construir a atual. Esses processos acabaram por enfraquecer sua cultura, sua identidade e seus costumes que eram exercidos no antigo território, situado em uma ilha banhada pelo Rio Tocantins no estado do Pará, denominado Ilha Grande Jutaí.

Nesse sentido, o ensino de Geografia surge como ferramenta de intervenção metodológica e didática, com o intuito de identificar elementos causadores do racismo e encontrar possibilidades e alternativas de solução para esse problema. Desse modo, e com essa necessidade, se apresenta o Projeto Nós Propomos como ferramenta de intervenção metodológica na comunidade. Desenvolvido na escola local, o projeto tem como objetivo principal identificar os problemas pertinentes em determinado território e, de forma didática, junto aos alunos, elaborar possíveis propostas de soluções, que serão apresentadas posteriormente junto ao corpo comunitário. Cabe destacar também que o projeto desenvolve nos alunos o sentido crítico de percepção do espaço onde vivem, ao observarem seus elementos por um olhar crítico e assumirem assim seu papel participativo como cidadãos na sociedade.

É a partir deste viés que esta pesquisa se realiza e, referente a este estudo, algumas questões pertinentes são levantadas: a) Diante da realidade em que se encontra a vila, é notório uma desvalorização do contexto histórico e da identidade cultural remanescente quilombola?; b) Como a Geografia se insere no Projeto Nós Propomos em uma comunidade remanescente quilombola no interior da Amazônia a fim de solucionar tais problemas?; c) No que tange a importância do ensino de Geografia para a formação dos estudantes do ensino fundamental, qual o papel que esta componente curricular assume meio ao âmbito cultural como forma de

resgate e valorização da história e a cultura do lugar através do projeto de ensino e extensão Nós Propomos na Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutai?

Diante das questões levantadas, o objetivo geral deste trabalho é identificar problemas locais relacionados a perda de identidade e cultura quilombola na CRQ Vila Nova Jutai e propor medidas de intervenções para as possíveis soluções destes problemas, dando aos envolvidos autonomias para desenvolver a pesquisa, e proporcionar uma relação maior entre escola e comunidade por meio de seus alunos.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos se deram a partir de levantamento bibliográfico acerca das pesquisas e matérias que trabalham a discussão sobre o ensino de Geografia e as relações raciais, não somente como também a formação histórica da vila, juntamente a pesquisas no âmbito da pedagogia, história e Geografia. A execução do projeto, elaborado e desenvolvido a partir da escola local junto aos alunos do 9º ano A, dando ênfase à relação escola e comunidade, tendo como estampas a aplicação do questionário, resultados dos problemas encontrados, divisão dos grupos de acordo com os problemas, elaboração dos formulários pelos grupos e aplicação aos moradores da comunidade, elaboração das propostas de soluções, tabulação e apresentação dos dados, entrevistas e confecção de maquete.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pode-se dizer que o ensino de Geografia é um elemento significativo na educação e formação de qualquer cidadão. Essa formação deve ser munida de aprendizagens e conhecimentos que serão necessários para a vida em sociedade. Levando em consideração tal importância, é necessário conectar o ensino de Geografia e as relações raciais, para que os grupos de pessoas negras que sofrem com a desigualdade na sociedade tenham um ensino qualificado que se dirija à realidade, abordando os conceitos históricos, os modos e costumes, a cultura e sua relação com a sociedade. Assim, serão apresentados alguns elementos estruturais deste tema, abordando as partes primordiais para tal discussão.

O ENSINO DE GEOGRAFIA E AS RELAÇÕES RACIAIS: A LEI 10.639/3 E O ENSINO DE GEOGRAFIA.

Desde os períodos coloniais até os dias atuais Santos (2016) afirma que, o negro vem sendo excluído das oportunidades de escolarização e sofrendo com uma sociedade que, apesar de crer na existência do mito da democracia racial, permanece com seus traços racistas e escravistas do passado.

Em todas as partes apresentadas é nítida a desvalorização e submissão do negro em relação ao branco, restando evidente a postura de superioridade deste.

No entanto o que fez da escravidão no Brasil diferente é que, pela primeira vez, ela era racial, só o negro era escravizado. Havia escravos de aparência branca, mas isso era exceção, isso não fazia parte do comércio de escravos. Então, a escravidão, uma vez, sendo racial, marca seus descendentes com uma mancha que demora a apagar.

E mesmo depois de 131 anos de assinatura da Lei Áurea, que aboliu a escravidão, o negro ainda luta contra o preconceito racial estabelecido pelos padrões societários, isto

porque mesmo após a abolição o negro foi excluído dos privilégios da formação do Brasil pós-colonial, sendo obrigado a se adaptar de modo desigual a sociedade.

O status do negro no Brasil pós-colonial de forma alguma foi discutido, o termo escravo usado no período colonial para classificar estes povos ainda continuou sendo usado por vários anos, agora como forma de exclusão na formação da sociedade brasileira, isto porque a imagem reproduzida do negro e suas origens eram relacionadas e vista de forma negativa, tanto pela igreja quanto pela sociedade. Muito, além disto, Costa (1985), ainda enfatiza que, na verdade, a maior parte dos regulamentos reais criaram formas de controle social que beneficiaram os senhores, não os escravos.

Dentro desta análise cabe destacar a ausência do negro no acesso à educação em um determinado período da história do país, isto porque era proibida a participação deste indivíduo no processo da alfabetização no Brasil colonial, e mesmo depois de aceito em 1824, os conteúdos desenvolvidos não faziam parte de sua história ou realidade de vida. Em contrapartida, somente em 9 de janeiro de 2003 nasce da luta do movimento negro a lei 10.639/2003, sancionada pelo presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, a lei objetiva a execução obrigatória do ensino de História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras nos estabelecimentos da Educação Básica, oficiais e particulares.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003, p. 01).

Portanto a Lei 10.639 é o resultado do Movimento Negro na luta pela promoção de uma educação para a igualdade racial, ela manifesta a inquietação por parte do movimento como um ator social na disputa pela construção do currículo inclusivo no que tange as questões raciais. A partir dela, várias questões acabam surgindo, se opondo ao processo de escolarização, e uma delas é mudança nos conteúdos ensinados, o que representa inserção e revisão de conteúdos aplicados, a fim de diminuir as desigualdades sociais e garantir uma inserção democrática deste grupo na sociedade.

Estes entraves se consolidaram e ramificaram desde a formação do Brasil, é claro que se partiu de uma perspectiva desigual a fim de chegar a algo igualitário no que diz respeito a estes grupos e o restante da sociedade, trataremos de algo utópico. O objetivo aqui é diminuir este desequilíbrio através da educação, desenvolver uma educação inclusiva dando ênfase aos processos históricos, cultura e tradições destes povos africanos e afro-brasileiros e o quanto foram e são importantes para o país. Dadas a proporções cabe agora, por intermédio desta lei, a aplicação dela através de currículos que transformarão em produto as questões pertinentes no espaço escolar. Para Dias (2003, p.5):

A escola pública, cujas portas, por ser escola gratuita, se franqueiam a todos sem distinção de classes, de situações, de raças e de crenças, é, por definição contrária e a única que está em condições de se subtrair a imposição de qualquer pensamento sectário, político ou religioso.

Neste cenário a Geografia como disciplina assume um papel fundamental na luta pelo combate à desigualdade, tendo em vista que a mesma proporciona ao aluno uma integração entre seu mundo vivido e o um mundo mais amplo, o qual o mesmo também faz parte, levando em consideração o poder que esta ciência tem de despertar no indivíduo uma ótica crítica do espaço onde vivem capazes de desconstruir visões hegemônicas e eurocêntricas de mundo. No tocante as questões raciais concordaram que um ensino reflexivo de Geografia pode criar também elementos significativos e uma concepção complexa e diversificada do espaço, e para a desconstrução dos estereótipos negativos que são atribuídos aos negros e ao continente africano e com isso orientar os educandos a entenderem as complexidades das diversas visões de mundo.

A Geografia, para Anjos (2005), é a área do conhecimento comprometida em tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis aos/às estudantes, dar explicações para as mudanças territoriais e apontar soluções e reflexões para uma organização espacial. Ela é, portanto, “uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial”. Considerando a questão racial como elemento estruturante das relações sociais no Brasil, e sendo uma destas heterogeneidades, temos na Geografia a possibilidade de revelar ou ocultar as relações desiguais entre negros e brancos ou, como afirma Santos (2009), deste modo se torna indiscutível a importância da Geografia junto as questões raciais. Esta junção pode se tornar ainda mais significativa se executada com vigor em sala de aula.

Nesse sentido, a abordagem aqui apresentada reconhece a existência de uma Geografia na e da escola, objetivada em analisar qualquer fenômeno no âmbito educacional vinculada às questões raciais que produziram a realidade sócio escolar em que está situado.

O PROJETO NÓS PROPOMOS COMO INTERVENÇÃO METODOLÓGICA PARA O RESGATE DA CULTURA E IDENTIDADE NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DE VILA NOVA JUTAÍ.

Para que a discussão deste subtópico tenha uma compreensão mais simplificada, é necessário tratar, acima de qualquer coisa, o termo “projeto”. Como surgiu? Qual seu objetivo? Qual sua integração e importância na educação e na escola? Estas são algumas perguntas pertinentes quando se levanta esta discussão. Martins (2003, p. 32) afirma que trabalhar com projetos na escola não é uma ideia nova; ela surgiu no início do século XX, nos Estados Unidos, concebida pelo filósofo e educador John Dewey e desenvolvida por seu discípulo Kilpatrick.

Nos anos 90, no Brasil, o trabalho com projetos, em uma visão mais global, complexa, íntegra e contextualizada do processo educativo, foi aplicado à organização de conteúdos programáticos das disciplinas em escolas de Minas Gerais, depois da grande aceitação na Europa através dos trabalhos de Miguel Arroyo, cuja proposta consistia em:

Depois de aperfeiçoada e alterada, em desenvolver trabalhos capazes de vincular a sala de aula à realidade social na qual o aluno vive, para que ele pudesse entendê-la melhor, mostrando, assim, que o processo de aprendizagem é um processo global, que integra o saber com o fazer, a prática com a teoria, em outros termos, a pedagogia da palavra com a pedagogia da ação. (Ibidem, 2003, p. 32-33)

Essa aceitação possibilitou um amplo e sadio relacionamento com a educação, a partir dos métodos de aplicação, e com a escola, espaço de reprodução dessas práticas. Sua contribuição na educação se dá pelo fato de que os projetos propõem uma aprendizagem mais significativa em relação a metodologias tradicionais, o que contribui para o desenvolvimento e o despertar da criatividade, possibilitando aos indivíduos que saiam do senso comum e adotem uma consciência crítica Sílvia e Tavares (2010). Na escola, conforme Fonte (2011, p. 34):

Os projetos de trabalho não se inserem apenas em uma proposta de renovação de atividades – tornando-as mais criativas – o que exige um repensar da prática pedagógica e das teorias que a estão informando. É fundamental que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deva necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia a dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior. A formação escolar deve propiciar o desenvolvimento de capacidades, como as de relação interpessoal, as cognitivas, as afetivas, as motoras, as éticas, as éticas etc., só se torna possível mediante o processo de construção e reconstrução de conhecimento.

A palavra projeto não tem um significado específico, podendo ser comparada ao desejo, intenção de fazer ou realizar (algo) no futuro, como também um plano, descrição escrita e detalhada de um empreendimento a ser realizado, um plano, delineamento ou esquema, e retratado de diferentes formas em obras de vários autores, o que nos possibilita pensar em métodos dos mais diversos e variados, já que a palavra “método” tem sua colaboração importante em forma de organização. O longo e amplo arcabouço metodológico acerca desses projetos e como são empregados nos permitem pensar em diversas perspectivas de análises. É dentro de uma delas que este método se introduz: encontrar e propor soluções para os problemas sociais, culturais, políticos, econômicos e etc., pode se torna ainda mais significativo quando incorporado a projetos de intervenção metodológica em sala de aula, junto à realidade vivida pelo aluno, mesmo que na escala local.

É dentro desta análise que nasce o Projeto Nós Propomos, cujo objetivo principal é dinamizar o estudo de caso e promover a autonomia dos estudantes, mediante a identificação de problemas locais, execução de trabalho de campo e apresentação de sugestões de intervenção Claudino (2018). É com esse objetivo que esta pesquisa se desenvolve: encontrar problemas locais relacionados à perda de identidade e cultura quilombola na CRQ Vila Nova Jutai, e propor medidas de intervenções para as possíveis soluções desses problemas, dando aos envolvidos autonomias para desenvolver a pesquisa e proporcionando uma relação maior entre escola e comunidade através de seus alunos.

Liderado pelo professor Sérgio Claudino, o Projeto Nós Propomos foi idealizado em 2011 pela Universidade de Lisboa Portugal, é coordenado pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) e tem como objetivo promover a cidadania territorial, mobilizando alunos para a identificação das principais orientações do plano diretor municipal e a apresentação de propostas de intervenção nos bairros, objetivando o desenvolvimento local sustentável. O projeto mobiliza o estudo de caso para a identificação de problemas locais e a apresentação de propostas de resolução pelos alunos. Simultaneamente, pretende promover a parceria entre diferentes parceiros (universidade, escolas, autarquias, empresas e associações), com os quais tenta estabelecer protocolos de cooperação, seguindo seus eixos estruturantes.

Depois de uma primeira fase de sensibilização para as questões da cidadania e desafios locais, os alunos identificam, em pequenos grupos, problemas que lhes são significativos, na área da escola e da sua residência. Esses problemas se incorporam dos mais variados tipos, desde a elaboração de um calendário de coleta de lixo semanal, construído em parceria com os moradores do bairro, até a confecção de maquetes relacionadas à necessidade de materializar um possível espaço inexistente/ou que precisa de reformas naquele território, a fim de trazer melhorias para a comunidade. Os alunos realizam, então, um pequeno trabalho de pesquisa sobre o problema que selecionaram e elaboram, junto à comunidade, proposta(s) de resolução dessa questão. Essa interação permite ao aluno um olhar crítico e aprofundado acerca dos problemas existentes no seu espaço habitado.

Hoje, o Projeto Nós Propomos encontra-se em expansão para além de Portugal e vários outros países, como Espanha, Moçambique, Brasil, Colômbia e Peru. Essa expansão se dá devido à eficácia do projeto e o que ele desenvolve. No Brasil, o primeiro estado a receber o projeto foi Tocantins/TO, em 2014, através da UFT (Universidade Federal do Tocantins), e em 23 de fevereiro de 2016, o projeto foi lançado oficialmente e suas atividades passaram a ser programadas com a finalidade de interação entre os agentes: universidade, escola de ensino médio e da população em geral, expandindo-se para outros estados, como Paraíba, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, entre outros, distribuindo-se por mais de 20 instituições brasileiras.

No Pará, o projeto está em execução nas cidades de Bragança, Santarém e mais recentemente em Marabá, na UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), coordenado pelo o Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza, e foi desenvolvido através do Laboratório de Estudos Urbanos (LEURB) na Escola Municipal Deuzuita Melo de Albuquerque no ano de 2018.



Fonte: PAIXÃO, K.C (2019).

Figura 1. Marabá (PA): Imagens do Projeto Nós Propomos desenvolvido na Escola Municipal Deuzuita Melo de Albuquerque, 2018.

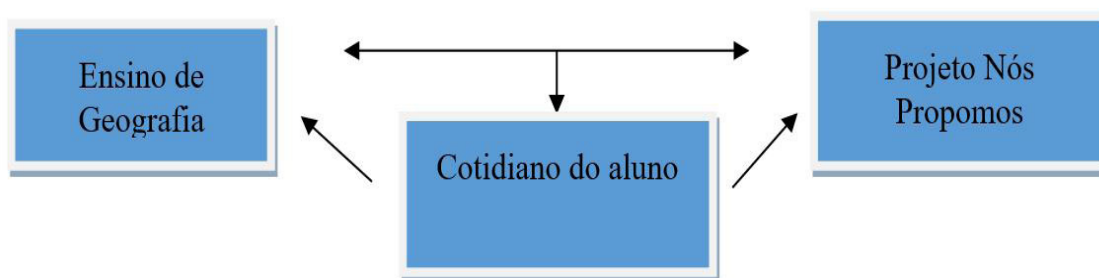
Cabe ressaltar a importância que o projeto tem para as demais disciplinas, tornando-o assim um projeto não somente de cunho geográfico, mas demonstrando a interdisciplinaridade que tende a proporcionar. Os resultados foram apresentados na Feira do Conhecimento da escola, e contribuiu para fortalecer a relação escola e comunidade através dos alunos que, juntos, puderam buscar melhorias para seus respectivos bairros.

O projeto conta também com a colaboração das redes sociais, uma vez que, por meio de sites, Facebook, Instagram e blogs são anunciados e publicados o que está sendo desenvolvido no âmbito do projeto, no Brasil e no mundo. Essa interação com as tecnologias é outra característica do projeto, que busca de forma harmoniosa fazer dessas ferramentas um recurso não só de divulgação como também de didática, auxiliando na construção e desenvolvimento do projeto em diversas etapas.

A dimensão que este projeto atingiu nos permite pensar em quais perspectivas ele pode ser analisado, a partir das mais variadas ciências ao qual ele se adapta. No entanto, o que cabe aqui ressaltar é a relação que o Projeto Nós Propomos tem com a Geografia, especificamente falando, o ensino de Geografia. Esta análise é pertinente na medida em que o ensino dessa disciplina e o projeto, quando agregados, trazem resultados significantes, mas precisamos nos questionar até que ponto chega essa relevância. Mais ainda, o que o ensino de Geografia pode agregar ao projeto? Essas perguntas serão analisadas no próximo tópico.

O PROJETO NÓS PROPOMOS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Contemporaneamente, muito se debate a respeito do ensino de Geografia e a realidade do aluno. A associação entre esses dois aspectos e a importância que essa relação tem para o ensino e aprendizagem traz à tona a necessidade de considerar o lugar/ambiente do aluno, que acaba se tornando um elemento de fundamental importância no processo de construção dos conceitos geográficos a partir de uma perspectiva sociocultural. Segundo Carlos (2007), é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Isso também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios.



Fonte: PAIXÃO, K.C (2019).

Figura 2. Breu Branco: Esquema relacionando ensino de Geografia, cotidiano do aluno e o Projeto Nós Propomos, 2019.

É justamente nessa perspectiva que o Projeto Nós Propomos se torna indispensável na construção desses conhecimentos, não só propiciando novas formas de ensinar como apresentando ao aluno uma nova forma de aprender, ao mesmo tempo desprendendo os grilhões que a Geografia carrega consigo como uma disciplina decorativa e desinteressante. Desse modo, o projeto acaba agregando de forma exponencial ao ensino de Geografia e destaca-se a troca mútua de elementos que condicionam essa relação, a forma com que o ensino de Geografia acaba potencializando o projeto, permitindo-nos pensar no mesmo em diversas escalas e variáveis.

A experiência que o projeto produz sobre os atores participantes permite uma compreensão a respeito dos elementos que compõem o seu espaço. Esses elementos, agora

analisados, possibilitam a associação sobre como cada um se comporta nesse ambiente. A partir desta análise é possível, por meio do aluno e seu espaço cultural, construir ferramentas que facilitem o entendimento entre quais elementos são positivos e quais são negativos, lembrando sempre que ambos compõem o espaço, o que se assemelha ao modo sócio construtivista elaborado por Levi S. Vygotsky.

No que tange à interação ensino de Geografia/Projeto Nós Propomos e o quão significativa essa interação se torna na construção do ensino e aprendizagem, agora torna-se necessário empregar ambos os aspectos com o objetivo de descobrir problemas que se apresentam na realidade dos alunos e propor possíveis medidas de soluções, com o propósito de sanar esses problemas. Desse modo, o Projeto Nós Propomos permite-nos pensar agora a partir de inúmeras possibilidades, na medida em que esses problemas se apresentam no espaço habitado dos alunos. Esta é a realidade da CRQ Vila Nova Jutai: assim como todo espaço geográfico, este também possui elementos positivos e negativos que compõem o espaço. A maioria desses elementos negativos se incorpora em forma de problemas que se manifestam nesse espaço, tornando necessária a aplicação e o desenvolvimento do projeto na vila, com o objetivo de encontrar esses problemas e elaborar possíveis propostas de soluções.

NÓS PROPOMOS: PROBLEMAS E PROPOSTA DE SOLUÇÃO ACERCA DA PERDA DE CULTURA E IDENTIDADE NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA VILA NOVA JUTAI

Vila Nova Jutai surgiu por conta de uma cheia, que obrigou os moradores a se mudarem das casas onde moravam anteriormente, na Ilha Grande de Jutai, em 1980, período em que o nível do Rio Tocantins subiu de forma nunca vista antes pelos moradores, que assistiram tudo ir por água abaixo, literalmente. Dois anos mais tarde, foram organizadas casas, escola, salão comunitário, igrejas, posto de saúde, mercado, casa agrícola, entre outras obras. Assim, foi possível inaugurar a nova vila no dia 27 de fevereiro de 1982, com a inauguração da comunidade Vila Nova Jutai. A partir de então, a vila tem buscado se organizar de forma estrutural e cultural, já que esses processos históricos de formação acabaram também afetando a cultura, identidade, tradições e costumes.

Mesmo com a catástrofe natural que castigou os moradores da antiga Ilha Grande, forçando-os a migrarem para a margem direita do rio Tocantins. Os moradores tentam voltar a desfrutar de seus modos de vida, costumes e tradições. Símbolo dessas tentativas é o Samba de Cacete e a Festa da Santíssima Trindade, padroeira da comunidade. Devido a essas questões mencionadas, entende-se que alguns membros da comunidade possuem a necessidade de valorizar a própria cultura, como forma de valorização da identidade quilombola e do lugar.

Não somente os acidentes naturais fomentam a história e formação da Vila Nova Jutai. Cabe destacar também os entraves que a cultura africana e afro-brasileira enfrenta todos os dias para se estabelecer no território brasileiro. Desde os primórdios da colonização, a identidade negra e suas culturas são desvalorizadas, seja no âmbito religioso, seja no social. Hoje, um dos grandes problemas que assolam os quilombos é a falta de auto reconhecimento negro e de suas raízes. O descaso com a cultura africana está inclusive em sala de aula, visto que ela só é lembrada quando se trabalha a escravidão, minimizando a importância que têm os afrodescendentes para a nossa cultura. Por esse motivo, foi criada a Lei 10.639, de 2003, que tenta corrigir essa dívida, incluindo o ensino

de história e cultura afro-brasileira nas escolas. É difícil entender que, em um país onde 45% da população é afrodescendente, tenha que se criar leis que reconheçam a importância desta cultura e sua importância na nossa sociedade Costa (2019).

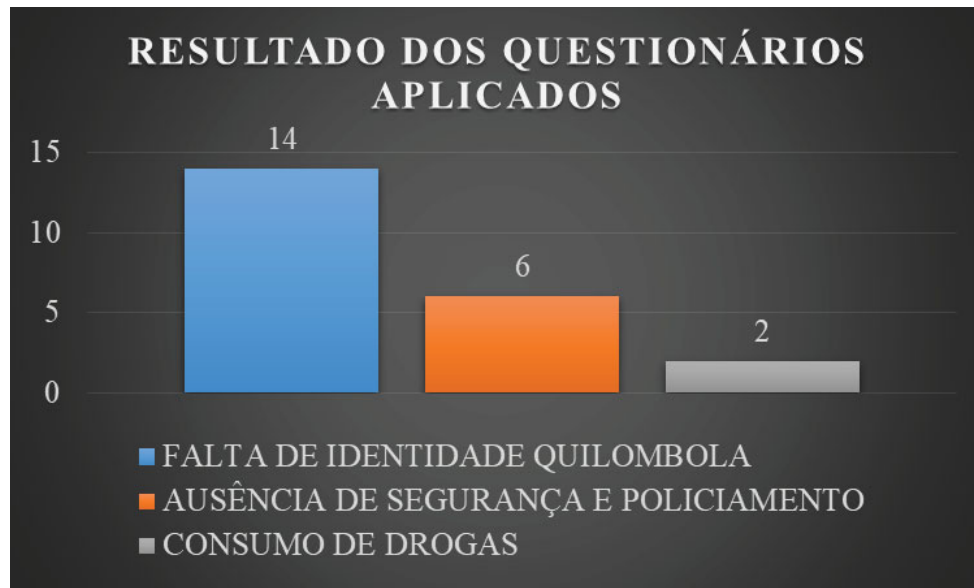
Hoje, na comunidade remanescente quilombola de Jutai, este problema é evidente: boa parte da atual geração não consegue se autor reconhecer remanescente quilombola. Isso se deve muito à falta de continuidade dos costumes e tradições dos antepassados aos processos de formação pelos quais a vila passou e ao novo e moderno modo de vida, na qual a globalização perversa não se limita a fronteiras e se expande de maneira opressora até mesmo no âmbito cultural. Desse modo, cabe destacar aqui a problemática norteadora desta pesquisa. Pois bem, hoje as transformações sofridas pela comunidade de Vila Nova Jutai em função dos meios de vida modernos e dos fatores que nortearam sua formação, têm posto em cheque a continuidade dos modos de vida, costumes e tradições herdados pelos negros escravos, brancos foragidos e índios bastados. Leva-se em conta que foi a partir dessa junção que o quilombo veio existir.

No que diz respeito à continuidade dessas tradições, há um fator mais agravante ainda, que é a falta de preservação e reprodução destas culturas. Isso pode vir a ocasionar futuramente uma perda de identidade, colocando em risco a existência do quilombo em sua essência, uma vez que as dinâmicas territoriais se alteram constantemente de acordo com as necessidades do capital. No entanto, a cultura e modos de vida afro devem existir, e são esses grupos de resistência que irão não contramão deste sistema em que estamos inseridos.

Portanto, a identificação de pertencimento do indivíduo diante dos valores e conteúdos inerentes à realidade histórico-cultural própria desse contexto incide em uma identidade e possibilita que ele se reconheça enquanto sujeito quilombola. Cabem então, diante desse cenário de perda de identidade em detrimento da cultura, propostas que possibilitem a preservação e continuidade dos modos de vida, costumes e tradições da cultura quilombola na comunidade. É dentro dessa análise que o Projeto Nós Propomos torna-se uma ferramenta metodológica necessária para pesquisar este problema e propor possíveis soluções para o mesmo.

A partir dessa perspectiva, entra a escola como um dos principais agentes mediadores na construção da preservação e continuidade da cultura afro-quilombola. Pois bem, em meio essa relação delicada de perda de cultura e identidade, a escola tem um papel norteador. É no ambiente escolar que serão produzidas as práticas e propostas de solução para tal problema. Assim, a EMEIEF Nova Jutai assume um papel essencial no resgate à cultura da comunidade, colaborando para que o projeto se desenvolva.

A inquietação a respeito do problema foi de suma importância para instigar e pesquisar sobre ele, posteriormente apresentando o Projeto Nós Propomos ao professor de Geografia Jusicley Bezerra e ao diretor da escola Raileidson da Cunha Alves. Assim, no dia 8 de março de 2019, o projeto foi apresentado para turma do 9º ano A da Escola Jutai, juntamente à aplicação de um questionário indutivo confeccionado na etapa de construção do projeto, com o objetivo de identificar os problemas da comunidade. A partir da aplicação do questionário, foi possível identificar os principais problemas por meio da tabulação dos dados, e elaborar então um cronograma do projeto com etapas e objetivos propostos junto à turma.



Fonte: PAIXÃO. K.C, 2019.

Figura 3. Breu Branco (PA): Resultado do questionário aplicado na turma do 9º ano “A”, 2019.

Na apresentação dos resultados foram identificados três problemas apontados pelos alunos, quais sejam: perda de identidade e cultura quilombola; falta de segurança e policiamento; consumo de drogas. Dentre eles, nesta pesquisa vamos enfatizar especificamente o problema 1 (falta de cultura e identidade quilombola na comunidade), uma vez é nítida a “vantagem” em relação aos outros dois problemas, fortalecendo ainda mais a problemática desta pesquisa. Posteriormente, de acordo com o cronograma do projeto, e concluídas a 1ª e 2ª etapa, foi possível desenvolver a 3ª etapa.

A divisão dos grupos ocorreu de acordo com os problemas, sendo que o grupo foi definido com base na afinidade dos alunos aos problemas apontados. Na 4ª etapa, os alunos, com o auxílio dos colaboradores do projeto, deram início à confecção dos formulários. Cabe ressaltar que o objetivo dessa etapa era fazer com que os alunos produzissem perguntas objetivas para as quais sempre tivessem curiosidade em descobrir as respostas, já que também são moradores da comunidade e vivenciam esses problemas. Por último, procedeu-se à aplicação desses formulários aos moradores da comunidade.



Fonte: PAIXÃO, K.C, 2019.

Figura 4. Breu Branco (PA): Mosaico que representa as entrevistas realizadas aos moradores da comunidade, 2019.

Com a tabulação dos dados junto aos grupos, e as contribuições sobre o que eles observaram na aplicação, ficou claro que os demais moradores também achavam o Problema 1 como um problema agravante na comunidade. Em vídeos, gravações e fotos, os moradores apontaram que um dos fatores que contribuem para o agravamento da situação e também em discussão com os grupos, é a falta de um espaço (local) onde essas culturas sejam reproduzidas cotidianamente envolvendo toda a comunidade, desde as crianças até os moradores mais velhos da vila. Junto aos grupos foram discutidas algumas propostas que materializassem a necessidade de um espaço para preservar e dar continuidade a cultura quilombola na comunidade, em que a principal abordagem e um consenso foi a confecção de uma maquete que representasse um espaço onde fossem desenvolvidas várias práticas culturais que fomentassem a identidade e a tradição da cultura quilombola na/da vila.

Trabalhar maquete não somente facilita a compressão em relação ao material teórico, agora materializado, como também estimula no aluno o conhecimento acerca desse material didático tão significativo para aprendizagem. Silva e Muniz (2012, p. 67) afirmam que: “Incentivar o aluno a produzir maquetes permite uma participação maior deste no processo de aprendizagem, além de dar oportunidade ao educador para perceber o contexto sociocultural em que os estudantes estão inseridos”. A confecção da maquete se deu a partir de uma aula acerca do que é maquete e como elaborar uma junto ao

grupo. Uma vez que os alunos compreendam o significado e qual o objetivo se torna mais facilitador o processo de confecção. A maquete é uma representação real e, a partir dela, um espaço proposto ganhou forma. A confecção foi feita em parceria entre alunos e moradores da comunidade, na medida em que os moradores opinavam e davam sugestões a respeito de quais espaços introduzir na maquete, o que ocasionou em um momento de investigação junto à vizinhança, dando a eles a oportunidade de serem sujeitos ativos.



Fonte: PAIXÃO, K.C, 2019.

Figura 5. Breu Branco (PA): Maquete representando o espaço que fomentasse a cultura quilombola na/da vila confeccionado pelos alunos do 9º ano junto aos moradores, 2019.

Cabe ressaltar que a maquete produzida foi elaborada através de propostas feitas pelos alunos e moradores da comunidade, e cada espaço foi pensado e discutido a partir das necessidades relacionadas ao Problema 1 que a comunidade enfrenta. Dessa forma, é possível destacar alguns destes espaços representados na maquete, que são:

Quadro 1. Breu Branco (PA): Espaços criados e representados na maquete e suas finalidades.

ESPAÇOS	FINALIDADES
Sede da associação.	Para devidos fins administrativos acerca da associação.
Salão de eventos e reuniões.	Para festejos, comemorações eventos e reuniões com a comunidade.
Espaço recreativo.	A fim de fomentar a prática esportiva e recreativa não somente como os moradores mais jovens como tão com os idosos e PNE's.

continua

continuação

Espaço de projetos socio/educacionais.	Objetivo de desenvolver projetos socio educacionais de âmbito cultura junto aos moradores, integrando não somente como os moradores mais jovens como tão com os idosos e PNE's e demais.
Museu/casa da cultura quilombola e espaço de moradores de palestra com os moradores mais antigos da comunidade.	Finalidade de proporcionar em forma de objetos aos moradores elementos da cultura quilombola e histórica da vila, resgatando a valorização e dado ênfase as histórias que moradores mais velhos da comunidade carregam consigo.
Centro de oficinas quilombolas (artesanato dança etc.).	Produzir objetos físicos, artes, e danças relacionadas à cultura quilombola, ribeirinha e amazônica.

Fonte: PAIXÃO, K.C, 2019.

Não pensando somente na maquete como também na possibilidade de que ela se torne real, alunos e outros moradores da comunidade propuseram também um local onde poderia ser construído este espaço. Trata-se de um terreno baldio, até então abandonado e pertencente à associação quilombola (AFROBRAJU), que tinha uma instalação feita de palhas de árvore e madeira, porém anos atrás sofreu um incêndio acidental. O terreno tem estrutura e tamanho ideal para suportar as instalações necessárias para o espaço, o que torna ainda mais necessária e considerável a proposta elaborada. As sugestões foram apresentadas pelos colaboradores do projeto e alunos em uma reunião escolar bimestral para toda a comunidade no dia 28 de junho de 2019.



Fonte: PAIXÃO, K.C, 2019

Figura 6. Breu Branco (PA): Apresentação do Projeto Nós Propomos junto à comunidade, 2019.

Na oportunidade, dona Laudelina Moreira, uma das anciãs da vila, ressaltou a importância de dar continuidade à cultura, identidade, crenças e tradições, pois “é isso que nos sustenta e mostra que realmente somos povo negro ribeirinho e batalhador”. A comunidade demonstrou uma aceitação positiva em relação às propostas apresentadas, e de forma otimista ensaiou recorrer às autoridades locais para colocá-las em prática. Na escola, desde o agente de portaria, passando pela área administrativa, de professores e serviços gerais, todos se mostraram participativos e sempre quando solicitados procuravam contribuir da melhor forma possível, viabilizando uma troca de experiência única entre o corpo administrativo, docente, e predial, alunos e comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse cenário, a Geografia, como disciplina, assume um papel fundamental na luta pelo combate à desigualdade, tendo em vista que proporciona ao aluno uma integração entre o mundo vivido e o mundo mais amplo, do qual também faz parte, levando em consideração o poder que esta ciência tem de despertar no indivíduo uma ótica crítica do espaço onde vivem capazes de desconstruir visões hegemônicas e eurocêntricas de mundo. No tocante à questão racial, concordamos que a Geografia, tem um papel fundamental porque considera esta mesma como elemento estruturante das relações sociais no Brasil, e vê na Geografia a possibilidade de revelar ou ocultar as relações desiguais entre negros e brancos, pois, como o mesmo autor afirma, se torna indiscutível a importância da Geografia junto às questões raciais. Esta junção pode se tornar ainda mais significativa se executada com vigor em sala de aula.

Por meio desta pesquisa foi possível analisar alguns pontos pertinentes e norteadores. A importância de trabalhar e agregar os conhecimentos africanos e afro-brasileiros à literatura e educação brasileira é algo necessário. Aprender sobre o tema é também incluir na sociedade esses povos, uma vez que esses cidadãos instruídos se tornam tolerantes a esta questão, e desenvolvem empatia. Até aqui, muito foi conquistado; no entanto, quando recorremos a esses conhecimentos em forma de pesquisa, pouco é atribuído e encontrado de material relacionado. O Projeto Nós Propomos, desenvolvido em Vila Nova Jutai, município de Breu Branco-PA, teve resultados satisfatórios, uma vez que os objetivos propostos tais como: encontrar problemas locais relacionados à perda de identidade e cultura quilombola na CRQ Vila Nova Jutai, e propor medidas de intervenções para as possíveis soluções destes problemas, dando aos envolvidos autonomias para desenvolver a pesquisa, e proporcionando uma relação maior entre escola e comunidade através de seus alunos; fazer um levantamento teórico/bibliográfico e debater acerca do ensino de Geografia e as relações raciais; analisar os fatores históricos da formação dos quilombos juntamente a formação da vila, descobrindo quais processos e fatos nortearam sua formação e qual a influencia os mesmo tem sobre a vila hoje; desenvolver o projeto nós propomos como ferramenta de intervenção metodológica com o propósito de identificar os problemas encontrados na comunidade e elaborar possíveis propostas de solução, foram atingidos e as etapas construídas alcançadas.

A interação e experiências vivenciadas pelos alunos ao longo do projeto permitiram que os atores olhassem para o espaço onde vivem com uma visão crítica, se colocando no papel de cidadão atuante perante a sociedade. O resultado mais satisfatório foi vivenciar o crescimento educacional de pesquisador e de alunos comprometidos com o projeto, sempre colocando a sua comunidade no bojo das discussões, sempre contribuindo da melhor forma possível quando solicitado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.W. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO (org.) **Direitos territoriais das comunidades negras rurais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. dos. A Geografia, a África e os negros brasileiros. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.155-172.
- ARIAS, P. G. **La cultura. Estrategias Conceptuales para comprender a identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia**. Escuela de Antropología Aplicada UPS-Quito. Ediciones Abya-yala, 2002.
- AZEVEDO, Fernando. Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados. In: **Diretrizes e Bases da Educação**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960 p.58-82.
- BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília: Poder Executivo, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003.
- CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação** v. 17, n. 49, p. 11-37, jan.-abr. 2012
- CLAUDINO, S. Educação geográfica, trabalho de campo e cidadania. O Projeto Nós Propomos! In: VEIGA, Feliciano H. (Coord.). **O ensino na escola de hoje: teoria, investigação e aplicação**. Lisboa: Climepsi Editores p. 265-303, 2018.
- COSTA, Edir Ângela. **Desvalorização da cultura afro-brasileira**. São Paulo: Editora Global, 2019.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- DIAS, L.R. **Quantos passos já foram dados?: a questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639**. Paraná, 2003.
- FONTE, Paty. **Projetos pedagógicos dinâmicos: a paixão de educar e o desafio de inovar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- FREITAS, D. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- GIVÂNIA, Maria da Silva. **O currículo escolar: Identidade e educação**. 2011.
- GOMES, Laurentino. **Consciência negra: escravidão é o assunto mais importante da história brasileira**. Disponível em: <https://www.bbc.com/>. Acesso em: 5 out. 2019.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.
- LIMA Fabiane Andréa da Silva Barcheski. **Lei 10.639/03: suas contribuições para uma educação igualitária**. (Monografia) Universidade Estadual de Londrina, PR, 2010.
- LIMA, Mônica. A África na sala de aula. **Revista Nossa História**. ano 1, n. 4, fev., 2004
- LIMA, Monteiro. **O resgate histórico da comunidade Jutai pela textualização oral/ escrita de relatos pessoais no 9º ano do fundamental II**. Tucuruí – PA, 2016.
- LOPES, Alice. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: Eduerj, Faperj, 2008.
- MARQUES, Marta. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: espaço e tempo**, n. 32. 2012
- MARTINS, Jorge Santos. **O trabalho com projetos de pesquisa**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

- MEC. **Educação escolar quilombola. Educação para as relações étnico raciais.** Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>. Acesso em: 15 jul. 2019
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Editora Global, 2006.
- OLIVA, A. R. A história Africana nos cursos de formação de professores. Panorama, perspectivas e experiências. **Estudos Afro-asiáticos**, ano 28, n. 1/3, jan./dez. 2006.
- PEDROSO, Sérgio Flores. **A carga cultural compartilhada: a passagem para a interculturalidade no ensino de português língua estrangeira.** 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão.** Brasília: MIC/SECULT, 1988.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Rita de Cássia Mota. **Geografia e questão racial: A Lei 10.639/03 no Currículo Oficial de Geografia do Estado de São Paulo.** Monografia (Bacharel em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil.** 2. ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009. p. 21-40.
- SANTOS, Renato Emerson dos. **Rediscutindo o ensino de Geografia: temas da Lei 10.639.** Rio de Janeiro: CEAP, 2009.
- SANTOS, Wellington Oliveira. **Relações raciais, programa nacional do livro didático (PNLD) e livros didáticos de Geografia.** Curitiba, 2012.
- SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático.** 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.
- SILVA, Alberto da Costa. **Especial: entre o Brasil e a África houve uma troca forte e poderosa.** 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 30 set. 2019
- SILVA, V.; MUNIZ, A. M. V. A Geografia escolar e os recursos didáticos: o uso das maquetes no ensino-aprendizagem da Geografia. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 62-68, 2012.
- SILVIA, Luciana Pereira; TAVARES, Helenice Maria. Pedagogia de projetos: inovação no campo educacional. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 236- 245, 2010
- SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.
- TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: DIFEL, 1982. p. 143-164.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.
- VIEIRA, A. A. T.; DINIZ, F. G.; MONTEIRO, G. R. F. de F.; SANTOS, R. C. Oficina de filmes e relações raciais: materiais para aplicação da Lei Federal nº 10.639/03 no ensino básico. **Tamoios.** ano, VII, n. 1, p. 60-71, 2011.